



Boletim Informativo dos Núcleos

Maio/2023



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO

3	NUDECA
9	NUDECONTU
16	NUDEPID
20	NUDS
24	NUDDH
26	NUDEPED
28	NUDIVERSI
32	NUDEFAM

NUDECA

ATUAÇÃO DO NÚCLEO



A Defensora Pública dirigente do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (Nudeca), Dra. Andreia Paz Rodrigues, representou a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), no seminário “As escolas e as ações de prevenção e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes”.

O evento ocorreu no dia 27 de abril e foi realizado em referência ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e foi promovido pelo Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Ceevsca).

A defensora destacou sobre a importância de falar sobre a violência sexual nas escolas: “A Lei nº 13.431 quando elaborada, foi pensada na proteção, e qual o melhor lugar para proteger uma criança hoje? É na escola. A gente sabe que as crianças sofrem violência dentro da sua casa, então precisamos falar sobre isso nas instituições de ensino”.

Leia +

Acordo viabilizará encaminhamentos de pedidos de monitores escolares para alunos atípicos da rede pública de ensino no RS

Em reunião realizada no dia 05 de maio entre representantes da Defensoria Pública do Estado (DPE/RS), Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Poder Judiciário e Associações (Rede Gaúcha Pró-Autismo e Mães e Pais pela Democracia – AMPD) foi acordada a celebração de um Termo de Cooperação para o fornecimento de monitores escolares na rede pública de ensino aos alunos atípicos (crianças e adolescentes com deficiência, TEA – Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades/superdotação). O encontro ocorreu no prédio-sede da DPE/RS, no centro da capital, em formato híbrido.



No decorrer dos próximos dias, será dado encaminhamento aos trâmites administrativos para a celebração do Termo de Cooperação, no qual ficarão estabelecidas obrigações e prazos para cumprimento.

“Trata-se de importante avanço no acesso aos direitos de inúmeras crianças e adolescentes de nosso Estado, já que os acordos que serão celebrados com as famílias possibilitarão que de fato esses alunos tenham os seus direitos preservados, bem como representará economia aos cofres públicos, uma vez que, até o momento, a única forma de as pessoas acessarem seus direitos era com o ingresso de ações judiciais, as quais possuem custos decorrentes de honorários advocatícios, eventuais multas por descumprimento e bloqueio de valores para a contratação de monitores particulares. Ademais, a Defensoria Pública já faz a triagem econômica dos assistidos, atendendo realmente as famílias que necessitam”, destacou a defensora pública dirigente do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (Nudeca), Andreia Paz Rodrigues.

Leia +



A Defensora Pública dirigente do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (Nudeca – DPE/RS), Dra. Andreia Paz Rodrigues, participou, no dia 08 de maio, da 11ª Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, promovida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedica). A Conferência, que é realizada de três em três anos pelo Cedica, é um espaço público de discussão, mobilização e controle social da sociedade, na construção de uma agenda de diretrizes e ações para

a política pública destinada à proteção integral de crianças e adolescentes.

Leia +



evento do Departamento de Proteção a Grupos Vulneráveis (DPGV).

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), a partir do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente (Nudeca), realizou, no dia 18 de maio, mutirão alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A unidade móvel da Defensoria Itinerante esteve no Largo Glênio Peres, na capital gaúcha, onde ocorreu a realização de atendimentos, orientações e distribuição de cartilhas. A ação fez parte do

Leia +



No dia 26 de maio, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) realizou um mutirão de atendimentos e educação em direitos no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) Extremo-Sul, no bairro Ponta Grossa, em Porto Alegre. A equipe do Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente, dirigido pela Defensora Pública Andreia Paz Rodrigues, esteve presente realizando os atendimentos com pedidos de vaga em creche, transferência escolar, execução de alimentos, guarda e reconhecimento de paternidade.

Leia +

ATUALIZAÇÕES LEGISLATIVAS

Resolução nº 498/2023 do Conselho Nacional de Justiça que estabelece diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário para a atuação, de forma cooperativa, na proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes expostos à grave e iminente ameaça de morte, que necessitem de transferência para Município ou Estado diverso da residência de origem, mediante articulação interinstitucional e por meio de cooperação entre os órgãos do Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ nº 350/2020.

Leia +

A **Resolução nº 235/2023** do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) estabelece aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente a obrigação de implantação de Comitês de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência nas suas localidades.

Leia +

A **Resolução nº 236/2023** do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) estabelece a campanha “Faça Bonito”. Proteja nossas crianças e adolescentes” e a flor amarela e laranja como símbolos oficiais do Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em todo o território nacional, orientando ações para prevenção e proteção sobre o tema.

Leia +

NOTÍCIAS RECENTES

Projeto de Lei visa obrigar a Prefeitura de Porto Alegre a divulgar lista de espera de alunos na rede pública de ensino

A Câmara Municipal de Porto Alegre está debatendo projeto de lei que obriga a divulgação da lista de espera para vagas nos estabelecimentos da rede municipal de ensino, inclusive as creches conveniadas.

O projeto altera a Lei nº 12.593/2019, que previa a divulgação da lista de espera, para incluir a obrigação de publicação da lista pela prefeitura.

Leia +

Casal italiano adota irmãos gaúchos, na primeira adoção internacional do ano no RS

Distantes mais de 10 mil quilômetros, o casal de italianos Francesco e Francesca encontrou aqui no Rio Grande do Sul os filhos que tanto procuravam: Milena, de 13 anos, Raul, 7, e Maria Eduarda, 5.

Os irmãos foram acolhidos em 2020, na Comarca de Butiá. Houve a tentativa de restabelecimento dos vínculos familiares, e, dada a impossibilidade disso, deu-se a destituição do poder familiar dos pais biológicos das crianças. A adoção internacional só é possível se isso ocorrer e após esgotadas todas as possibilidades de adoção nacional.

No caso de uma adoção internacional, a indicação das crianças/adolescentes é feita pela Comarca onde vivem para a Autoridade Central Estadual (ACE), órgão do Poder Judiciário em funcionamento desde 2016, cuja competência é fazer cumprir a Convenção de Haia, que regulamenta a adoção internacional. Até então, o processo era realizado pelos Juizados Regionais da Infância e Juventude. A ACE é composta pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional do Rio Grande do Sul (Cejai/RS), do qual a Defensoria Pública faz parte.

Quando há adolescentes envolvidos, é necessário o prévio consentimento deles para sua indicação. É a Cejai quem faz a busca pelas famílias. Os pretendentes internacionais apresentam o seu processo de habilitação para a Autoridade Central brasileira, por meio dos organismos internacionais credenciados ou da Autoridade Central do seu país. Quando o processo é homologado, eles são habilitados no Sistema Nacional de Adoção.

É respeitada a ordem cronológica da fila, a menos que existam candidatos brasileiros residentes no Exterior, que têm preferência na adoção de crianças e adolescentes da mesma nacionalidade. “Eu falo com a equipe – ou do organismo internacional ou da Autoridade Central – que representa o pretendente habilitado. E também entro em contato com a equipe do acolhimento e com a própria criança, até que haja o aceite do pretendente”, explica a Assistente Social Graziela Milani Leal, da ACE/RS.

Leia +

STJ vai decidir se violência contra criança se enquadra na Lei Maria da Penha

A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça – STJ definirá, em julgamento de recursos repetitivos, se o gênero feminino é condição única e suficiente para a aplicação da Lei Maria da Penha e o afastamento da incidência do [Estatuto da Criança e do Adolescente](#), em casos de violência doméstica e familiar praticada contra criança ou adolescente.

A questão foi cadastrada como **Tema 1.186** e será relatada pelo ministro Ribeiro Dantas. Em pesquisa na base de jurisprudência do STJ, o magistrado verificou ao menos sete acórdãos e mais de 400 decisões monocráticas sobre o tema.

O colegiado decidiu não suspender a tramitação dos processos que tratam do mesmo tema, pois já existe jurisprudência das turmas que compõem a Terceira Seção e uma eventual demora no julgamento poderia causar prejuízos aos jurisdicionados.

O recurso especial afetado corre em segredo de Justiça. Nele, o Ministério Público do Pará – MPPA aponta que o crime de estupro de vulnerável não configura violência

doméstica e familiar contra a mulher como descrita na Lei Maria da Penha. Para o MPPA, deve prevalecer a vulnerabilidade reconhecida na Constituição Federal e no ECA, independente do gênero da vítima menor de idade, para garantir tratamento igualitário a todas as crianças e adolescentes.

Leia +

Estudo mostra que desigualdades econômicas, de gênero e de raça marcam rotina de adolescentes privadas de liberdade

Um estudo desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento mostrou que desigualdades econômicas, de gênero e de raça marcam a rotina de adolescentes privadas de liberdade. De acordo com o levantamento, a invisibilidade das adolescentes, incluindo as que pertencem a povos tradicionais (quilombolas e indígenas), é agravada pelo descumprimento do Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016).

A legislação indica que o poder público deve garantir às adolescentes mães em privação de liberdade convivência com os filhos e as filhas na primeira infância. De acordo com a pesquisa, caso a convivência com a criança não seja autorizada ou restrita a curto período, muitas vezes, ocorre a destituição do poder familiar e a permanente ruptura do vínculo materno-filial. O relatório aponta que a privação da convivência é tratada como mecanismo adicional de punição. A isso se soma os chamados obstáculos culturais, que são apontados pela pesquisa como um fenômeno que se relaciona com o “conservadorismo social”.

Leia +

NUDECONTU

JURISPRUDÊNCIA

Julgado destaque do STJ – Informativo nº 773, de 09 de maio de 2023

RECURSO ESPECIAL

Cadastro de proteção ao crédito. Prévia notificação. Necessidade. Notificação por e-mail ou mensagem de texto de celular. Impossibilidade. Necessidade de correspondência ao endereço do consumidor.

Processo: REsp 2.056.285-RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 25/4/2023. (Info 773)

Situação fática

A situação fática da Resp 2.056.285-RS envolve um conflito entre uma empresa de telefonia e um consumidor que contratou um plano de internet móvel. O consumidor alega que a empresa não cumpriu com o que foi contratado, pois a velocidade da internet era inferior à prometida e havia cobranças indevidas na fatura. A empresa, por sua vez, defende que o serviço foi prestado de forma adequada e que o consumidor não comprovou os danos alegados. O caso foi julgado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que condenou a empresa ao pagamento de indenização por danos morais e materiais ao consumidor.

Destaque

A notificação do consumidor acerca da inscrição de seu nome em cadastro restritivo de crédito exige o prévio envio de correspondência ao seu endereço, sendo vedada a notificação exclusiva por meio de e-mail ou mensagem de texto de celular (SMS).

Informações do inteiro teor

O propósito recursal consiste em dizer se a notificação prévia à inscrição do consumidor em cadastro de inadimplentes, prevista no § 2º do art. 43 do CDC, pode ser realizada, exclusivamente, por e-mail ou por mensagem de texto de celular (SMS).

Como é de conhecimento ordinário, a vulnerabilidade do consumidor, presumida pelo CDC, não decorre apenas de fatores econômicos, desdobrando-se em diversas espécies, a saber: a) vulnerabilidade informacional; b) vulnerabilidade técnica; c) vulnerabilidade jurídica ou científica; e d) vulnerabilidade fática ou socioeconômica.

Assim, admitir a notificação, exclusivamente, via e-mail ou por simples mensagem de texto de celular representaria diminuição da proteção do consumidor – conferida pela lei e pela jurisprudência desta Corte –, caminhando em sentido contrário ao escopo da norma, causando lesão ao bem ou interesse juridicamente protegido.

A regra é que os consumidores possam atuar no mercado de consumo sem mácula alguma em seu nome; a exceção é a inscrição do nome do consumidor em cadastros de inadimplentes, desde que autorizada pela lei. Está em mira a própria dignidade do consumidor (Art. 4º, caput, do CDC).

De acordo com a doutrina, “os arquivos de consumo, em todo o mundo, são vistos com desconfiança. Esse receio não é destituído de fundamento, remontando a quatro traços básicos inerentes a esses organismos e que se chocam com máximas da vida democrática contemporânea, do *Welfare State*: a unilateralidade (só arquivam dados

de um dos sujeitos da relação obrigacional), a invasividade (disseminam informações que, normalmente, integram o repositório da vida privada do cidadão), a parcialidade (ênfaticam os aspectos negativos da vida financeira do consumidor) e o descaso pelo *due process* (negam ao ‘negativado’ direitos fundamentais garantidos pela ordem constitucional). Por isso mesmo, submetem-se eles a rígido controle legal”.

Em outras palavras “apesar de facilitar a circulação de informações aptas a subsidiar a concessão de crédito, notou-se que a atividade da coleta, do armazenamento e do fornecimento de dados sobre os hábitos de consumo põe em risco os direitos da personalidade dos consumidores. Há, de fato, manifesta tensão entre os proveitos econômicos da atividade de coleta de dados e a proteção constitucional aos direitos da personalidade e à dignidade da pessoa humana, razão pela qual se vislumbrou interesse público em sua regulação” (REsp n. 1.630.659/DF, Terceira Turma, julgado em 11/9/2018, DJe de 21/9/2018).

Desse modo, não há como se admitir que a notificação do consumidor seja realizada, tão somente, por simples e-mail ou mensagem de texto de celular, por se tratar de exegese ampliativa que, na espécie, não deve ser admitida.

Além disso, do exame dos precedentes que deram origem à Súmula 404 do STJ, constata-se que, muito embora afastem a necessidade do aviso de recebimento (AR), não deixam de exigir que a notificação do § 2º do art. 43 do CDC seja realizada mediante envio de correspondência ao endereço do devedor.

Não se pode olvidar que a referida súmula, ao dispensar o aviso de recebimento (AR), já operou relevante flexibilização nas formalidades da notificação ora examinada, não se revelando razoável nova flexibilização em prejuízo da parte vulnerável da relação de consumo sem que exista justificativa alguma para tal medida.

Nesse sentido, em âmbito doutrinário, é comum a afirmação de que, para o cumprimento da exigência prevista no § 2º do art. 43 do CDC, embora não seja necessário o aviso de recebimento (AR), “basta a comprovação de sua postagem para o endereço informado pelo devedor ao credor”.

Leia +

NOTÍCIAS

STJ veta notificação da negativação do devedor feita apenas por e-mail ou SMS

A notificação do consumidor sobre a inscrição de seu nome em cadastro restritivo de crédito exige o envio de correspondência ao seu endereço, sendo vedado o aviso exclusivo por e-mail ou mensagem de texto de celular (SMS).

Leia +

Procon-SP notifica Netflix por cobrança em compartilhamento de senhas

Órgão diz ter recebido muitas reclamações de consumidores e quer avaliar se nova política da empresa viola o Código de Defesa do Consumidor. O Procon-SP anunciou, no dia 24 de maio, que notificou a Netflix pela nova política da empresa de cobrar um adicional de R\$ 12,90 por mês de usuários que compartilham suas senhas da plataforma com outras pessoas fora de sua residência.

Leia +

Noivos que casaram à luz de velas serão indenizados por concessionária de energia

A 4ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça de Santa Catarina manteve decisão que condenou concessionária de energia elétrica a pagar indenização para um casal. Os noivos tiveram a cerimônia religiosa e a festa de casamento prejudicadas por uma interrupção no fornecimento de energia. A indenização foi fixada em R\$ 25.095, referente a danos morais e materiais sofridos pelo casal. Na quantia incidirá correção monetária e juros moratórios desde a data dos fatos.

[Leia +](#)

Mínimo existencial: Juíza reduz dívidas de 131% para 30% dos ganhos do autor

Para garantir um mínimo existencial, a 33ª Vara Cível de Fortaleza, em liminar, no dia 17 de maio, limitou as dívidas mensais cobradas de um servidor público municipal a 30% de seus rendimentos. O nome do autor também não poderá ser incluído em cadastros de restrição de crédito.

[Leia +](#)

Juiz limita descontos em aposentadoria de consumidor superendividado a 35%

A 1ª Vara Cível da Comarca de Nova Lima (MG) determinou, em liminar, no início do mês de maio, que um banco limite todos os descontos e parcelas de empréstimos de um cliente superendividado a 35% do valor de sua aposentadoria.

[Leia +](#)

Operadora de cartões de crédito deve indenizar em R\$ 12 mil cliente que foi obrigada a pagar fatura duas vezes

A Justiça cearense manteve sentença de 1º Grau que condenou a empresa Hipercard Banco Múltiplo ao pagamento de R\$ 10 mil a título de danos morais, por exigir de servidora pública a quitação de uma fatura que já havia sido paga. Também terá de restituir R\$ 1.800, ou seja, o dobro do valor que a cliente precisou pagar pela segunda vez referente à cobrança indevida de R\$ 900. Além disso, deve pagar R\$ 440 para ressarcir as despesas de transporte que a mulher arcou com passagens para comparecer às quatro audiências realizadas na Defesa do Consumidor do Ceará (Decon-Ce).

[Leia +](#)

Hurb é alvo de ação coletiva no Rio de Janeiro

A ação inclui pedido de bloqueio de bens da empresa para pagamento de indenizações.

Diante do aumento de reclamações de consumidores em relação aos serviços da

agência de viagens Hurb, foi feita, no dia 01 de maio, petição inicial de ação coletiva, movida pelo Instituto Brasileiro de Cidadania (Ibraci), à 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. O processo pede tutela de urgência para o bloqueio judicial nas contas da empresa para o pagamento de indenizações, além de compensação por danos morais individuais, em valor a ser fixado pelo Juízo.

Leia +

Senacon se reúne com o Conar para discutir regulamentação de plataformas, propaganda infantil e cooperação técnica

Encontro busca estabelecer diretrizes para proteção do consumidor e garantia de práticas publicitárias éticas. Com o objetivo de aprimorar o mercado publicitário e proteger os consumidores, o secretário Nacional do Consumidor (Senacon), Wadih Damous, e representantes do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) e do Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário (Cenp), reuniram-se, no dia 25 de maio, em Brasília. O encontro também contou com a presença do coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado da Senacon, Vitor Hugo do Amaral, e visou estabelecer diretrizes e aprimorar as políticas públicas voltadas à proteção do consumidor e à promoção de práticas publicitárias éticas.

Leia +

Caixa é condenada a pagar multa por violar tempo de espera em fila

Caixa terá que pagar R\$ 151.200 por violar reiteradamente o tempo máximo de espera ao atendimento em instituições bancárias. A decisão é da 5ª Turma do TRF da 1ª Região ao manter sentença após recurso do banco contra o Distrito Federal.

De acordo com os autos, a Caixa apelou ao TRF-1 pedindo a anulação da multa prolatada na sentença e anteriormente imposta por fiscais que constataram demora de uma hora em fila sem atendimento a consumidores. A instituição alegou que o tempo de espera está diretamente relacionado ao funcionamento dos bancos e que a atuação não foi razoável.

Leia +

Bayer deve indenizar por fungicida ineficaz

Produtores rurais reclamaram por perdas na safra após aquisição de produto.

A Bayer foi condenada a indenizar produtores rurais por perdas na safra após aquisição de fungicida Rhodiauram com defeito de fabricação. Decisão é da 3ª Turma do STJ, que manteve acórdão do TJ/SP.

Leia +

Procons iniciam mutirão para fiscalizar postos de combustíveis

Objetivo é identificar quem não repassou redução de preços

Começou, no dia 24 de maio, o mutirão da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) para monitorar postos de combustíveis que não reduziram os preços médios de venda de gasolina e diesel, após a queda de preços promovida pela Petrobras.

[Leia +](#)

Confaz anuncia nova tabela de preços dos combustíveis, válidos a partir de 1º de junho

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) divulgou a nova tabela para o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis nos estados e Distrito Federal.

A portaria que traz o preço de cinco produtos foi publicada na edição do dia 25 de maio do Diário Oficial da União (DOU).

[Leia +](#)

Punição para aumento abusivo de preços durante desastres pode virar crime

Projeto do senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) criminaliza o aumento abusivo de preços de produtos e serviços por ocasião de calamidade pública, endemias e epidemias. Ainda sem relator designado, o PL 618/2023 tramita na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

[Leia +](#)

Câmara aprova MP que retoma Bolsa Família e inclui auxílio-gás

Benefício para compra de gás estava em medida provisória que perderia validade no dia 02 de junho, mas foi incorporado na proposta do Bolsa Família. Texto vai ao Senado. A inclusão de uma medida provisória na outra foi uma forma de o governo driblar o impasse entre Câmara e Senado, que atrasou a análise dessas propostas por meses.

[Leia +](#)

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Decreto nº 57.042, de 26 de maio de 2023

Altera o Decreto nº 55.439, de 12 de agosto de 2020, que dispõe sobre a Política de Relacionamento do Estado com o Usuário de serviços públicos.

Leia +

ATUAÇÃO DO NÚCLEO



Em maio, o Núcleo do Consumidor e de Tutelas Coletivas (Nudecontu), em parceria com a CEEE Grupo Equatorial Energia, realizou mutirão de atendimentos, em Alvorada, com foco nos direitos do consumidor.

A atividade faz parte do projeto E+ Comunidade, realizado em parceria com a CEEE Grupo Equatorial Energia. O dirigente do Nudecontu, Rafael Pedro Magagnin, comentou a atuação da DPE e os desdobramentos relacionados a problemas com energia elétrica. “Atendemos principalmente pessoas que tinham questões de energia elétrica com a Equatorial, mas isso também acabava desdobrando em outros problemas como superendividamento, de contratação de crédito e familiares. E tudo isso, ou já resolvemos, dando algum encaminhamento na hora, ou passamos ao assistido a lista de documentos para que ele pudesse nos procurar e dar os encaminhamentos necessários. Então todos saíram com a orientação jurídica sobre os seus problemas. Aqueles que compareceram com tudo pronto, saíram dali com a certeza de que era o pontapé inicial na resolução do seu problema.”

E+ Comunidade

O projeto E+ Comunidade é uma iniciativa do Grupo Equatorial Energia nas regiões onde atua. O objetivo é promover a responsabilidade social e a sustentabilidade por meio de ações práticas que envolvem meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento econômico e social.

Leia +



Moradores da região Extremo-Sul, do bairro Ponta Grossa, em Porto Alegre, receberam um grande mutirão de atendimentos e educação em direitos da Defensoria Pública do Estado, ao longo do dia 26 de maio

Centenas de pessoas foram atendidas nas diversas áreas de atuação, como Família, Criança e Adolescente, Saúde, Consumidor, Cível, Moradia e Pessoa Idosa. Uma das áreas mais procuradas envolveu contestação em face da CEEE-D Equatorial, haja vista que os consumidores receberam cobranças retroativas em suas faturas

de energia elétrica, após realizarem a regularização da energia em suas residências. Os pedidos de reanálise dessa cobrança excessiva foi a demanda atendida pela equipe do Nudecontu.

Leia +

O dirigente do Nudecontu, Rafael Pedro Magagnin, participou da oficina “Descomplicando tuas finanças”, roda de conversa, online, gratuita e aberta ao público, com foco em educação financeira, realizada pela Câmara de Conciliação Cível

A oficina teve como objetivo atuar além da resolução dos conflitos e das negociações de dívidas, ensinando o público como não contrair dívidas e ter mais consciência de contratos e direitos do consumidor.

NUDEPID

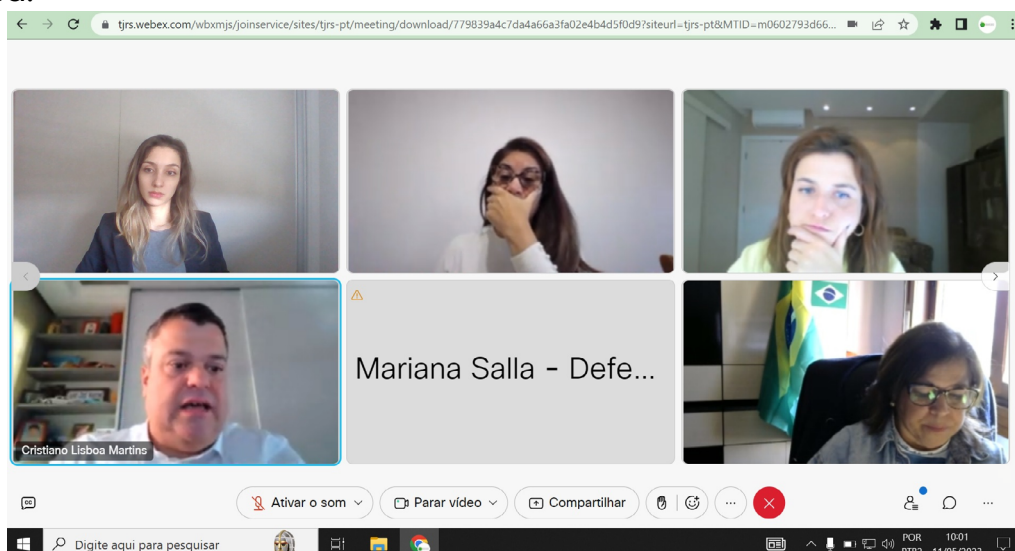
ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

Reunião da Comissão de Normas do CEI

No dia 08 de maio, o Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa – Nudepid participou de reunião da Comissão de Normas do Conselho Estadual da Pessoa Idosa.

Reunião do Comitê Interinstitucional da Pessoa Idosa

No dia 11 de maio o Nudepid participou de reunião do Comitê Interinstitucional da Pessoa Idosa.



Reunião da Rede de Proteção à Pessoa Idosa de Porto Alegre

Em 18 de maio, o Nudepid, participou de reunião da Rede de Proteção à Pessoa Idosa do município de Porto Alegre, com o objetivo de articular o fluxo de atuação da rede de proteção.

Reunião da Comissão de Normas do CEI

Em 18 de maio, o Nudepid, por meio de sua dirigente, Mariana Fenalti Salla, participou de reunião na Comissão de Normas do Conselho Estadual da Pessoa Idosa.

Reunião plenária do Conselho Estadual da Pessoa Idosa

O Nudepid participou, no dia 18 de maio, da Plenária do Conselho Estadual da Pessoa Idosa.

Encontro Estadual de Defensoras e Defensores Públicos

Em comemoração ao Dia da Defensoria Pública, a instituição promoveu, no dia 19 de maio, o XXVII Encontro Estadual das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul. A dirigente do Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa, Mariana Fenalti Salla, participou presencialmente do evento.



Mutirão de atendimentos e educação em direitos no Bairro Ponta Grossa, em Porto Alegre/RS

No dia 26 de maio, o Nudapid participou de um mutirão de atendimentos no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) Extremo -Sul, no bairro Ponta Grossa, em Porto Alegre/RS.

Durante a manhã e tarde, servidores e defensores prestaram orientação jurídica a 136 pessoas, esclarecendo dúvidas e encaminhando demandas do público nas áreas de atuação da Defensoria.



Oficina “Descomplica tuas finanças”

No dia 25 de maio, o Nudapid participou da Oficina “Descomplica tuas finanças”, promovida pelo Núcleo de Defesa Cível – Nudec. A oficina promoveu educação em direitos em áreas como direito do consumidor e educação financeira, com a participação da professora da UFRGS, Wendy Carraro.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Lei nº 14.583 de 16/05/2023

Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos. A referida lei teve a sua publicação em 17/05/2023.

Projeto de Lei nº 2289, de 2023

O projeto de Lei nº 2289/2023 altera o Código Eleitoral e institui o Programa Cidadania Plena, orientado a facilitar o alistamento, a transferência e votação de idosos, pessoas hospitalizadas e com mobilidade reduzida e de cidadãos das comunidades quilombolas, das comunidades caiçaras e das aldeias indígenas.

Atualmente, está aguardando designação de Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Projeto de Lei nº 2467, de 2023

O projeto de Lei nº 2467/2023 dispõe sobre a emissão e a uniformização de passes livres para idosos e pessoas com deficiência física válida em todo território nacional.

Atualmente, está aguardando despacho do Plenário do Senado Federal.

NOTÍCIAS

Juiz limita descontos em aposentadoria de consumidor superendividado a 35%

O autor contratou empréstimos consignados e pessoais com o banco. Os descontos, somados, atingem cerca de 71,5% da sua aposentadoria.

A 1ª Vara Cível da Comarca de Nova Lima (MG) determinou, em liminar, no início deste mês, que o banco limite todos os descontos e parcelas de empréstimos do cliente superendividado a 35% do valor de sua aposentadoria.

Leia +

Sancionada lei que institui campanha de orientação aos idosos contra crimes virtuais em Porto Alegre

O prefeito Sebastião Melo sancionou, no dia 04 de maio, lei que institui a campanha municipal de orientação aos idosos contra fraudes e golpes no comércio eletrônico e na internet

A campanha deve ser realizada de forma anual, preferencialmente na semana iniciada pelo dia 1º de outubro, o Dia Internacional das Pessoas Idosas (pessoas com idade igual ou superior a 60 anos). A campanha terá ações educativas e preventivas. Os materiais e recursos utilizados na campanha, segundo a lei, devem ser produzidos de forma objetiva, clara e de fácil compreensão por idosos.

Leia +

Proporção de pessoas idosas no RS aumentou 74% em 11 anos

Segundo estudo do governo do Estado, para cada cem pessoas com até 15 anos, há 75 com 65 ou mais

No período entre 2010 e 2021, o índice que mede o envelhecimento da população do Rio Grande do Sul apresentou crescimento de 74%. Em 2010, para cada cem pessoas com até 15 anos de idade, viviam no Estado 43 habitantes com 65 anos ou mais,

enquanto em 2021 a proporção passou a ser de 75. Para 2060, a estimativa é de que para cada cem moradores com menos de 15 anos haja 207 habitantes idosos.

Leia +

Denúncias de violações contra idosos crescem 97% no primeiro semestre

Nos primeiros três meses de 2023, as violações de direitos humanos contra pessoas idosas alcançaram 202,3 mil registros em todo o país, segundo dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, mantida pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) do governo federal.

O número é 97% maior se comparado com o mesmo período de 2022, quando foram registradas 102,8 mil violações. A pasta pondera, no entanto, que os números podem envolver um número menor de pessoas físicas, pois uma denúncia pode ser registrada sobre mais de uma violação.

O serviço para realizar a denúncia funciona diariamente, 24 horas, por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel, bastando discar 100. O Disque 100 também pode receber denúncias via WhatsApp, pelo número (61) 99611-0100.

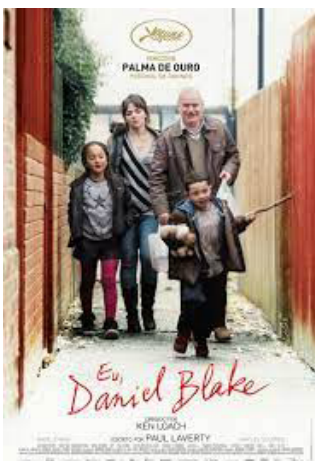
Leia +

SUS deve garantir atendimento domiciliar com cuidador para idosos, aprova CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, no dia 10 de maio, projeto que inclui atendimento por cuidadores de idosos entre os principais serviços domiciliares ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O Projeto de Lei (PL) 990/2022 foi aprovado em caráter terminativo e segue para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para análise no Plenário do Senado.

Leia +

DICAS CULTURAIS



Filme: Eu, Daniel Blake

Após sofrer um ataque cardíaco e ser desaconselhado pelos médicos a retornar ao trabalho, Daniel Blake (Dave Johns) busca receber os benefícios concedidos pelo governo a todos que estão nesta situação. Entretanto, ele esbarra na extrema burocracia instalada pelo governo, amplificada pelo fato dele ser um analfabeto digital. Em uma de suas várias idas a departamentos governamentais, ele conhece Katie (Hayley Squires), mãe solteira de duas crianças, que se mudou recentemente para a cidade e também não possui condições financeiras para se manter. Após defendê-la, Daniel se aproxima de Katie e passa a ajudá-la.

NUDS

NOTÍCIAS RECENTES

Entenda o comportamento do mosquito vetor da malária e saiba como se proteger

Típica de países subtropicais e tropicais, como é o caso do Brasil, a malária é causada por protozoários do gênero *Plasmodium* transmitidos pela picada da fêmea infectada do mosquito do gênero *Anopheles*, também conhecido como mosquito-prego. O clima brasileiro, principalmente na região amazônica, é favorável para o desenvolvimento do vetor, que é mais encontrado ao entardecer e ao amanhecer. No entanto, também costuma aparecer durante o período noturno.

Leia +

Lançada campanha de combate à dengue, Zika e chikungunya

Diante do aumento de casos de dengue, chikungunya e Zika, foi lançada campanha nacional para o combate das arboviroses. Com a mensagem “Brasil unido contra a dengue, Zika e chikungunya”, a mobilização alerta sobre os sinais e os sintomas das doenças, além de formas de prevenção e controle do mosquito *Aedes Aegypti*. O alerta por meio da campanha é complementar às medidas de reforço que vêm sendo adotadas para prevenção e controle das doenças, bem como para garantia da assistência à população.

Leia +

Imunização é fundamental contra casos graves e mortes por Covid-19, mesmo com o fim da emergência de saúde global

A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou, no dia 05 de maio, que a Covid-19 não é mais uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Segundo a OMS, a decisão foi possível diante do avanço da vacinação, a consequente tendência decrescente nas mortes pela doença e o declínio nas hospitalizações e internações em unidades de terapia intensiva.

Leia +

É falso que as vacinas contra a gripe causam câncer ou outras doenças

Alguns sites e perfis de redes sociais investem exaustivamente em falas mentirosas que trazem desinformação sobre as vacinas. Um dos vídeos que circulam na internet diz que os imunizantes contra a gripe carregam “vírus e fungos do câncer”. Isso é mentira! Reforça-se que todas as vacinas passam por rigorosos testes e análises antes de serem aplicadas na população e não há qualquer comprovação científica quanto ao risco de pessoas desenvolverem câncer por serem vacinadas. A vacina Influenza (gripe) é fabricada com vírus inativados, fragmentados e purificados, ou seja, não é capaz de

induzir o desenvolvimento da doença. Além disso, a composição e a concentração de antígenos são atualizadas a cada ano, seguindo orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Leia +

Vacinação contra a gripe ainda seguirá no RS enquanto houver doses disponíveis

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe Influenza oficialmente encerrou em 31 de maio. Contudo, os municípios seguirão aplicando as vacinas, agora aberta a todas as pessoas acima dos seis meses de idade, enquanto houver doses. Cerca de 2,4 milhões de pessoas já se vacinaram no Estado este ano.

Leia +

Sancionada lei que garante saúde bucal a todos os brasileiros pelo SUS

Foi sancionado em 08 de maio, o Projeto de Lei nº 8131/2017, que inclui a Política Nacional de Saúde Bucal, também conhecida como Brasil Sorridente, na Lei Orgânica da Saúde. A partir de agora, a saúde bucal passa a ser um direito de todos os brasileiros garantido por lei. O ato reconhece a importância do acesso ao atendimento odontológico no SUS e reforça o compromisso do Governo Federal com o cuidado integral da população brasileira. Aprovada pelo Congresso Nacional em novembro de 2022, a proposta de lei prevê o acesso universal, equânime e contínuo aos serviços de saúde bucal, que passam a integrar o SUS definitivamente. Assim, a oferta de serviços odontológicos não pode ser interrompida ou colocada em segundo plano por gestores federais, estaduais e municipais.

Leia +

Incorporação de dois medicamentos ao SUS para tratamento de anemia

Foi incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS) dois medicamentos para tratamento da anemia, após análise da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec). Os medicamentos ferripolimaltose e carboximaltose férrica devem estar disponíveis no sistema público em até 180 dias. A ferripolimaltose é indicada para o tratamento de pacientes com anemia por deficiência de ferro e intolerância ao sulfato ferroso, conforme descrito em Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde. A carboximaltose férrica é indicada para pacientes adultos com anemia por deficiência de ferro e intolerância ou contraindicação aos sais orais de ferro. A anemia é uma doença que causa a redução da concentração de hemoglobina, proteína responsável por transportar o oxigênio pelo sangue. Crianças, gestantes, lactantes (mulheres que estão amamentando), meninas adolescentes e mulheres adultas em fase de reprodução são os grupos mais afetados pela doença, muito embora homens – adolescentes e adultos – e os idosos também possam ser afetados.

Leia +

SUS terá novo procedimento para detecção precoce de doença ultrarrara em crianças

O Sistema Único de Saúde (SUS) terá um novo procedimento para identificação da Homocistinúria Clássica (HCU) em crianças nos primeiros anos de vida. O exame de triagem neonatal por espectrometria de massas em tandem é um conjunto de

ações preventivas, responsável por identificar precocemente doenças metabólicas, genéticas, enzimáticas e endocrinológicas, para que o tratamento seja realizado em tempo oportuno, evitando as sequelas e até mesmo a morte. Atualmente, a triagem neonatal contempla a detecção de uma série de doenças por teste do pezinho no SUS. A incorporação foi confirmada após análise da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec). A divulgação aconteceu via portaria do Diário Oficial da União. O procedimento deve passar a ser oferecido na rede pública em até 180 dias.

Leia +

Taxa de mortalidade por hipertensão arterial atinge maior valor dos últimos dez anos

A taxa de mortalidade por hipertensão arterial no Brasil atingiu o maior valor dos últimos dez anos, com a ocorrência de 18,7 óbitos por 100 mil habitantes em 2021. Esse levantamento considera a base de dados final do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) para o ano de 2021. No Dia Mundial da Hipertensão (17 de maio), é importante ressaltar a importância das ações de promoção, prevenção e cuidado, para evitar a doença e suas complicações. O crescimento da taxa de mortalidade foi acentuado a partir de 2020, quando passou de 12,6 óbitos por 100 mil habitantes em 2019 para 17,8 em 2020. Entre 2011 e 2018, a taxa não ultrapassou 13 óbitos por 100 mil habitantes, ficando sempre entre 11,4 e 12,4.

Leia +

EVENTOS

A Dirigente do Núcleo de Defesa da Saúde, Defensora Pública Liliane Paz Deble, participou dos seguintes compromissos:



- 02/05/2023 – Reunião Ordinária do Comitê de Saúde – CNJ.
- 04/05/2023 – Frente Parlamentar para Prevenção à Prematuridade.
- 05/05/2023 – Solenidade de Posse da Diretoria do Grupo Hospitalar Conceição.
- 08/05/2023 – Reunião com a SMS/POA sobre os Serviços Residenciais Terapêuticos.
- 09/05/2023 – Reunião Comitê de Saúde do CNJ – discussão/elaboração/revisão de Enunciados.
- 10/05/2023 – Ato de Instalação da Frente Parlamentar pelo Fortalecimento do SUS.
- 11/05/2023 – Reunião Pública da Subcomissão IPE-Saúde.

- 16/05/2023 – Reunião online do Núcleo de Estudos de Saúde e Bioética – Ajuris.
- 16/05/2023 – Reunião Comitê de Saúde do CNJ – votação de Enunciados.
- 17/05/2023 – Audiência Pública sobre tempo de espera para cirurgias eletivas na especialidade Traumatologia.
 - 17/05/2023 – Reunião com a Deputada Stela Farias.
 - 18/05/2023 – Entrevista para o Jornal do Almoço – RBSTV – “Falta de leitos e efetividade da medida judicial”.
 - 18/05/2023 – Reunião de trabalho e diálogo para colher contribuições das instituições que têm papel fundamental na política pública de abordagem, identificação e acolhimento de População em Situação de Rua e renovar o pacto de fortalecimento da assistência social de Porto Alegre/RS.
 - 19/05/2023 – XXVII Encontro Estadual das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, alusivo ao Dia da Defensoria Pública.
 - 23/05/2023 – Reunião para formalização de fluxo (saúde mental/Política Antimanicomial) com Nugesp, SES/RS e SMS/POA.
 - 23/05/2023 – Reunião com a Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Jurídicos sobre falta de leitos em UTI pediátrica e neonatal.
 - 24/05/2023 – Encontro sobre Autismo: acolhimento e cuidados – MPRS.
 - 25/05/2023 – Entrevista para Zero Hora: “Em um ano, Defensoria Pública do RS judicializa 1,4 mil pedidos de transferência de hospital”.
 - 26/05/2023 – 34ª reunião do Fórum Permanente de Política e Justiça Criminal da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), que abordará o tema Política Antimanicomial do Poder Judiciário e seus diálogos necessários em face da Resolução nº 487/2023 do CNJ.
 - 26/05/2023 – 3ª Reunião Ordinária do Núcleo de Defesa da Saúde.
 - 30/05/2023 – Reunião Ordinária – Cosmam – Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre/RS.
 - 30/05/2023 – Reunião com o Núcleo de Defesa em Execução Penal sobre atendimento em residenciais, demandas de família, saúde e assistência social.
 - 31/05/2023 – Audiência Pública Cosmam – Alers – Atendimento das pessoas portadoras de fibromialgia no Estado do RS.
 - 31/05/2023 – Reunião de Implantação do Comitê de Saúde de Porto Alegre.

DICA CULTURAL

Podcast: “Como ter qualidade de vida no trabalho?” – Zencast



“O Burnout a gente precisou inventar para as pessoas admitirem que, sim, o trabalho pode adoecer as pessoas.” Essa é uma das fortes afirmações que o médico-psicanalista André Fusco dá neste episódio do podcast do Zenklub, plataforma de cuidado emocional. Na conversa com a jornalista Izabella Camargo, que toda terça recebe um convidado, ele propõe um olhar mais crítico sobre modelos de trabalho e levanta o questionamento sobre o que o trabalho precisa oferecer para que as pessoas realmente tenham saúde mental já que, segundo ele, 90% das pessoas que sofrem de problemas, como a Síndrome de Burnout, sentem-se constrangidas de apresentar um atestado médico nas

empresas em que trabalham por temerem rótulos negativos e demissões. “O ideal é aquele trabalho não trabalho. O ideal seria que a gente não sentisse que trabalha”, diz. Disponível no Spotify, Apple Podcasts, Audible e Anchor.

NUDDH

NOTÍCIAS

Relatório elaborado pela Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (UMF), no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponta superlotação e alto índice de mortes no Complexo do Curado, em Recife (PE).

Leia +

Estado da Paraíba deve indenizar família de homem morto por policial à paisana.

Leia +

CNJ lança novas ferramentas para acompanhar implementação de decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Leia +

Desigualdades econômicas, de gênero e de raça marcam a rotina de adolescentes privadas de liberdade, aponta estudo desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que analisa qualitativamente o universo de adolescentes que estão em regime de internação.

Leia +

ONU Mulheres analisa efeitos do marco temporal nos direitos humanos de meninas e mulheres indígenas.

Leia +

Comitê da ONU contra tortura publica conclusões sobre Brasil.

Leia +

Jovens fazem propostas para reduzir violência policial em São Paulo.

Leia +

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

PEDIDO DA DPE É ATENDIDO E SERVIDORES DA FASE ENVOLVIDOS EM AGRESSÃO A ADOLESCENTE SÃO AFASTADOS

Atendendo ao pedido feito pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) em ação ajuizada pelos defensores Rodolfo Lorea Malhão, Paula Simões Dutra de Oliveira e Fernanda Pretto Fogazzi Sanchotene, a juíza de Direito Karla Aveline de Oliveira, da 3ª Vara do Juizado da Infância e Juventude do Foro Central da Comarca de Porto Alegre, determinou o afastamento de três servidores que atuam no Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS), da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Estado (FASE/RS), envolvidos em episódio de agressão a um adolescente.

Leia +

ANULAÇÃO DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE DO QUILOMBO LEMOS É GARANTIDA, APÓS AÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO RS

Após ação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), ajuizada por meio do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH), o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) anulou a reintegração de posse que o Asilo Padre Cacique moveu contra o Quilombo Lemos, em novembro de 2018. A decisão foi proferida em 26 de maio, em segunda instância. O impasse envolvendo a área, que abriga quatro casas e cerca de 30 pessoas, já dura 15 anos.

Leia +

DEFENSORIA PÚBLICA PARTICIPA DA 1ª SEMANA DE REGISTRO CIVIL – REGISTRE-SE

No dia 12 de maio, aconteceu o encerramento da 1ª Semana do Registro Civil – Registre-se, no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre. Por meio da Defensoria Itinerante e do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDDH), a Defensoria Pública do Estado (DPE-RS) participou da ação prestando orientações sobre ajuizamento de processos, fazendo a entrega de cartilhas, entre outras atividades, a mais de 40 pessoas.

Leia +

NUDEPED

NOTÍCIAS

MP pode ajuizar ação civil pública para discutir isenção tributária para PcD.

Leia +

PcD pode comprar carro isento de IPI em menos de 2 anos em caso de roubo.

Leia +

Usina deve pagar R\$ 250 mil por descumprir cota de empregados PcD.

Leia +

Presos com transtorno mental ou qualquer forma de deficiência psicossocial terão atendimento especializado com Resolução

Leia +

Juiz anula exclusão de candidato PcD de concurso para auditor fiscal.

Leia +

Justiça concede benefício assistencial a portadora de esquizofrenia.

Leia +

Juíza autoriza redução de jornada sem compensação a servidora com filho autista.

Leia +

Universidade Estácio de Sá deve indenizar ex-aluno deficiente visual por pedir que ele lesse o juramento da colação de grau.

Leia +

Juíza é investigada por injúria após suspeita de chamar cadeirante de 'aleijado' durante discussão por vaga para PcD em shopping no RS, diz polícia.

Leia +

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

CAMPANHA NACIONAL “DEFENSORIA PÚBLICA: EM AÇÃO PELA INCLUSÃO” É LANÇADA OFICIALMENTE

Foi lançada em 04 de maio, em evento no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em Brasília, a campanha nacional “Defensoria Pública: Em ação pela inclusão”, voltada à garantia dos direitos das pessoas com deficiência. A Defensoria Pública do Estado do RS esteve representada na solenidade pela Subdefensora Pública-Geral para Assuntos Institucionais, Melissa Torres Silveira. O principal objetivo com a campanha é promover a educação em direitos e servir como instrumento da luta anticapacitista e para a inclusão das pessoas com deficiência, buscando a garantia de uma vida independente e autônoma, sem barreiras para o acesso à educação, moradia, trabalho, transporte, cultura, esporte e lazer, como prevê a Lei Brasileira de Inclusão.

[Leia +](#)

DEFENSORIA PARTICIPA DO SEMINÁRIO ESPECTRO DO AUTISMO: ACOLHIMENTO E CUIDADOS, NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Com o objetivo de informar e desenvolver habilidades necessárias para o atendimento de crianças e adolescentes atípicas, realizou-se, no dia 24 de maio, o Seminário Espectro do Autismo: Acolhimento e Cuidados. A defensora pública dirigente do Núcleo de Defesa da Saúde (Nuds), Liliane Paz Deble, compôs a mesa do evento, que aconteceu na sede do Ministério Público do RS (MPRS).

[Leia +](#)

APÓS AÇÃO DA DPE/RS, PAI CONSEGUE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA PARA AUXILIAR NOS CUIDADOS DA FILHA COM PARALISIA CEREBRAL

Após ação da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), a Justiça decidiu a favor de um servidor público municipal de São Borja para que ele tenha redução de 50% na carga horária de trabalho, sem redução salarial. A medida foi tomada para que o homem possa auxiliar nos cuidados com a filha de 14 anos, diagnosticada com paralisia cerebral e neoplasia maligna do encéfalo.

[Leia +](#)

NUDIVERSI

NOTÍCIAS

TJ-SP condena mulher a indenizar sobrinho em R\$ 3 mil por ofensas homofóbicas.

Leia +

Lei municipal que proíbe banheiros unissex é discriminatória e ilegal, diz TJ-SP.

Leia +

Plano de saúde deve custear cirurgia de redesignação sexual em homem trans.

Leia +

Igualdade de direitos de pessoas LGBTQIA+ ainda enfrenta altos índices de violência no Brasil.

Leia +

Pessoas LGBTQIA+ refugiadas vindas de países que criminalizam suas existências terão procedimento simplificado para entrar no Brasil.

Leia +

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Defensoria Pública da União lançam cartilha com orientações para pessoas LGBTQIA+.

Leia +

Link da cartilha

Dia Internacional de Combate à LGBTfobia: Estado do Rio Grande do Sul promove ações em benefício da população LGBTQIA+.

Leia +

Em Nota Técnica, Ministério Público Federal defende criação de data para combate ao lesbocídio.

Leia +

Estudo indica aumento de 76% em casos de homofobia no futebol do país. Levantamento do coletivo Canarinhos LGBTQ+ foi publicado pela CBF.

Leia +

Nova carteira de identidade não terá campo para sexo nem diferença entre nome e nome social.

Leia +

Ação que discute tratamento social de pessoas trans está parada há mais de sete anos no STF; julgamento começou em novembro de 2015.

Leia +

Maternidade lésbica: mulheres falam sobre os processos para serem mães. Segundo a Arpen (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais), entre 2013 e abril de 2023, foram registrados no Brasil, 54.732 crianças com duas mães no Registro Civil.

Leia +

Mães se mobilizam por direitos de crianças e adolescentes trans. Conheça as ONGs “Minha Criança Trans” e “Mães pela Diversidade”.

Leia +

Conheça a Renosp LGBTI (Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI), livre associação de agentes LGBTI+ que trabalham nas diversas instituições de segurança pública no Brasil. Entidade sem fins lucrativos oferece cartilhas e manuais de utilidade pública no setor.

Leia +

Site da RENOSP LGBTI+

Casamentos homoafetivos quase triplicam em 10 anos no RS, aponta levantamento feito pela Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Rio Grande do Sul (Arpen/RS).

Leia +

‘Eu ia ter virado estatística’, diz mulher trans agredida a marteladas em Esteio/RS.

Leia +

Ambulatório Trans: Hospital Universitário de Canoas passa a oferecer atendimento especializado.

Leia +

Penitenciária de Rio Grande realiza roda de conversa sobre diversidade de gênero.

Leia +

Duas pessoas LGBTIQAPN+ morreram a cada três dias no Brasil em 2022, segundo Observatório de Mortes e Violências contra LGBT+.

Leia +

Acesso ao relatório

46 pessoas trans e travestis já morreram entre 1º janeiro e 30 de abril de 2023, aponta a Antra.

Leia +

Juíza Federal de Magé leva o primeiro lugar em concurso do CNJ com sentença antidiscriminatória a favor de mulher militar transgênero.

Leia +

Jornalista é condenada por se referir a mulher trans como ‘cara’.

Leia +

Crianças trans não passam por cirurgias; entenda a transição social.

Leia +

México revela novo passaporte não binário e abraça a sua cultura milenar.

Leia +

19 de maio é dia do orgulho agênero.

Leia +

Intersexo, intersexual e a importância da distinção para fins jurídicos.

[Leia +](#)

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

MAIS DE 70 PESSOAS SÃO ATENDIDAS EM MUTIRÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO DIA DE COMBATE À LGBTFOBIA

A Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS) participou, no dia 17 de maio, de mutirão alusivo ao Dia do Combate à LGBTfobia. A ação foi realizada pelo Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero (Nudiversi) e pela Defensoria Itinerante, sendo que mais de 70 pessoas foram atendidas.

[Leia +](#)

EQUIPE DO NÚCLEO DE DEFESA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO (NUDIVERSI) PUBLICA ARTIGO NA REVISTA DA DPE/RS

Foi publicado na Revista da Defensoria o artigo “O reconhecimento da não-binariedade de gênero a partir da atuação da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul”, escrito pela equipe do NUDIVERSI.

[Leia +](#)

CARTILHA “VISIBILIDADE INTERSEXO” DA DPE/RS É DESTAQUE EM REPORTAGEM DO CADERNO DONNA, DO JORNAL ZH

A Cartilha Visibilidade Intersexo, produzida pelo Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE/RS), com colaboração da Associação Brasileira Intersexo – ABRAI, foi destaque em matéria especial do Caderno Donna, do jornal Zero Hora. A reportagem trouxe o relato da influenciadora digital Karen Bachini, que postou um vídeo em seu canal no YouTube, em que afirma ser pessoa intersexo.

[Leia +](#)

NUDEFAM



DIA INTERNACIONAL DA FAMÍLIA

No ano de 1993, a Organização das Nações Unidas propôs a criação do Dia Internacional da Família, comemorado anualmente no dia 15 de maio. A data busca sensibilizar a sociedade para as questões relacionadas às famílias, promovendo o conhecimento dos processos sociais, econômicos e demográficos que afetam os núcleos familiares.

Particularmente no ano de 2023, 30º aniversário do Dia Internacional das Famílias, destaca a ONU seu objetivo de conscientizar as pessoas a respeito dos reflexos das tendências demográficas nas famílias, atentando-se para

aspectos como a igualdade e solidariedade intergeracional.

Leia +

DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL INTEGRA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL



A Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai) reuniu-se no mês de maio de 2023 para avaliar pedidos de adoção de irmãos por candidatos estrangeiros habilitados, cuja colocação para adoção a pretendentes brasileiros no Brasil não restou frutífera. Os infantes encontraram em casais adotantes da Itália e Estados Unidos guarida para que a adoção internacional acontecesse.

A reunião contou com a presença da dirigente do Núcleo de Defesa das Famílias, Daniele da Costa Lima, dos desembargadores Marcelo Bandeira Pereira e Glênio Hekman, dos juízes-corregedores Luís Antônio de Abreu Johnson e Antônio Tavares, da procuradora de justiça Maria Regina Fay de Azambuja, e da assistente social Graziela Milani Leal.

JURISPRUDÊNCIA

Habeas corpus não é via adequada para defender direito de convivência de pai a filho incapaz

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de forma unânime, decidiu que o *habeas corpus* não é via adequada para defender o direito de convívio paterno com o descendente incapaz.

O tribunal superior se posicionou no sentido de que a questão deve ser discutida em demanda própria, especialmente porque o rito processual do remédio constitucional não permite o estudo aprofundado de fatos e provas. Ainda, constou no julgado que o remédio constitucional não pode ser utilizado para tratar de questões que não se relacionem diretamente com a liberdade de locomoção.

Leia +

Superior Tribunal de Justiça reconhece filiação socioafetiva post mortem entre tio e sobrinha

Mulher criada como filha por um tio desde os dois anos de idade conquistou o direito ao reconhecimento da paternidade socioafetiva *post mortem* pelo Superior Tribunal de Justiça.

No processo ficou demonstrado que o tio foi o responsável pelo pagamento das despesas da postulante, inclusive educacionais, bem como que a requerente sempre esteve ao lado do falecido por toda infância, adolescência e fase adulta.

Trecho da decisão explicita que “se atualmente a filiação socioafetiva se reconhece *post mortem* com a prática comum de ‘adoção à brasileira’, muito mais se é de reconhecer em relação à sobrinha e seu tio, com laços de afeto originários tanto de um vínculo biológico quanto de um ato de acolhimento da mesma”.

Leia +

Tribunal de Justiça do Tocantins majora alimentos provisórios com base na teoria da aparência

O Tribunal de Justiça do Tocantins decidiu majorar o valor dos alimentos provisórios a serem pagos pelo pai de uma criança com base na teoria da aparência. A majoração dos alimentos se baseou no fato do alimentante aparentar patrimônio/posses não revelados em sua declaração de imposto de renda.

Em que pese a teoria da aparência não seja aplicável a todos os casos, ela é ferramenta útil na seara do direito das famílias para garantir a proteção dos direitos dos alimentandos em situações de dificuldade probatória.

A decisão do Tribunal de Justiça do Tocantins reafirma a importância dos alimentos provisórios como uma forma de garantir a subsistência da prole (filhos) enquanto o processo de alimentos não é concluído.

Leia +

Casal com condição genética rara tem direito à fertilização garantido

No Acre, casal com chance de 25% de desenvolver filho com Atrofia Muscular Espinhal – AME conquistou na Justiça Federal o direito de realizar fertilização *in vitro*. Na inicial da demanda se fez menção ao fato de que os autores já tinham perdido um filho de três anos com o diagnóstico da patologia.

O feito foi ajuizado pela Defensoria Pública do Acre em face da União e do Estado objetivando, inclusive liminarmente, a oferta ao casal de procedimento de reprodução humana assistida.

O deferimento da medida liminar pela juíza da 1ª Vara da Justiça Federal do Acre respalda e resguarda o direito das famílias em realizar seu adequado planejamento familiar e assegura o direito à saúde e autonomia reprodutiva do casal.

Leia +

Justiça suspende carteira nacional de habilitação de devedor por débito alimentar

O Juiz de Direito da Vara da Família e Órfãos de Norte da Ilha/SC determinou a suspensão da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de um pai devedor de pensão alimentícia, até que o débito fosse quitado.

A medida tem a finalidade de coagir o executado ao cumprimento da obrigação alimentar, especialmente considerando que a suspensão da habilitação implica consequências negativas na rotina do alimentante devedor, como dificuldade para locomoção e inclusive exercício de atividade laboral.

Na decisão o magistrado aduziu que a determinação se baseou no fato de que diversas medidas típicas já tinham sido adotadas no feito, sem êxito no adimplemento da dívida.

Leia +

Mesmo após DNA negativo, pai afetivo deve pagar pensão alimentar

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) decidiu que mesmo que o pai afetivo descubra não ser genitor biológico da criança, não se exclui automaticamente sua obrigação de pagar pensão alimentícia a ela.

A decisão do tribunal gaúcho reforça a ideia de que a relação afetiva estabelecida entre pai e filho é mais importante do que a paternidade biológica em si, apontando para a necessidade de se ampliar o conceito de paternidade, a fim de garantir o bem-estar dos filhos.

Na decisão é aduzido que a pensão alimentícia tem o objetivo de garantir a subsistência dos infantes e, portanto, é um direito que não deve ser negligenciado, independentemente do vínculo biológico entre os envolvidos.

Leia +

DICA CULTURAL



Lion: Uma Jornada Para Casa (*Lion*)

2016 – 1h58min – Biografia/Drama Direção: Garth Davis

Aos cinco anos de idade, o indiano Saroo se perde do irmão em uma estação de trem em Calcutá. Ele enfrenta alguns desafios sozinho até ser adotado por uma família australiana. Incapaz de superar o que aconteceu, ele decide, aos 25 anos de idade, buscar uma forma de reencontrar a família biológica.

Boletim Informativo dos Núcleos

Projeto Gráfico e Diagramação: Ascom - DPE/RS



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
